



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2017.0000736530

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1003141-32.2016.8.26.0266, da Comarca de Itanhaém, em que é apelante KELLY MANCILA DE OLIVEIRA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado LITORAL SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 38ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ EURICO (Presidente) e MARIA DE LOURDES LOPEZ GIL.

São Paulo, 27 de setembro de 2017.

Milton Carvalho
Relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 19475.

Apelação nº 1003141-32.2016.8.26.0266.

Comarca: Itanhaém.

Apelante: Kelly Mancila de Oliveira.

Apelada: Litoral Sul Transportes Urbanos Ltda.

Juiz prolator da sentença: Jamil Chaim Alves.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Acidente de trânsito. Dinâmica do acidente bem demonstrada por vídeo e imagens. Motorista do ônibus que não guardou a distância mínima lateral em relação à ciclista, de 1,5m (CTB, art. 201 e 29, II). Circulação das bicicletas pelas vias que se dá com preferência sobre os veículos automotores (art. 58 e 29, §2º, do CTB). Inobservâncias das regras de trânsito pelo veículo de maior porte. Responsabilidade civil configurada. Danos materiais. Nexo de causalidade não comprovado. Indenização por dano moral fixada em R\$5.000,00, em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Apelo provido parcialmente.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, julgada improcedente pela respeitável sentença de fls. 94/96, cujo relatório se adota, ao fundamento de que a autora não provou os fatos alegados, cabendo a ela arcar com os ônus de sucumbência e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa (R\$35.273,87).

Inconformada, **apela a autora** sustentando que provou os fatos alegados a partir do vídeo trazido pela ré; que o Ecosport não estava em movimento, de modo que o depoimento do motorista fica prejudicado e que não se assustou com o Ecosport, porque a ciclista e o ônibus já haviam ultrapassado esse carro, vindo o motorista do coletivo a fechar a apelante até a colisão, tendo em vista o ponto de ônibus à frente. Requer, assim, a procedência da demanda (fls. 113/121).

Houve resposta (fls. 124/129).

Inicialmente distribuído à 29ª Câmara de Direito Privado, o recurso foi redistribuído a esta Colenda Câmara com fundamento na Resolução 737/2016 do Órgão Especial e na Portaria 02/2017 da Presidência da Seção de Direito Privado deste Tribunal.

É o breve relato.

O recurso merece provimento parcial.

A autora alega que conduzia uma bicicleta, quando foi abalroada por um ônibus de propriedade da ré, de modo que caiu e ficou inconsciente. Nesse contexto, ajuizou a presente ação, visando a ser indenizada pelos danos materiais e morais sofridos. Segundo consta na petição inicial, o motorista do coletivo *não se atentou a Requerente que trafegava pela via de acostamento* (fls. 03). Sobrevindo a rejeição do pedido, ela recorre pelos motivos mencionados.

Em contestação, a ré aduz que a *Autora, trafegava pela Avenida 31 de Março - lado direito da via (ciclista de camiseta preta) e após ultrapassar o veículo Ecosporte, a Autora, sem qualquer interferência da Ré, se desequilibrou e caiu. Note-se que durante todo o percurso e mesmo após a Autora realizar tal manobra, o condutor do veículo da Ré, que se encontrava em velocidade compatível com o local, manteve sua mão de direção e distância segura da Autora.*

Vale destacar que ***o ônibus não anda de lado e muito menos o motorista da Ré efetuou manobra para obstruir a passagem da ciclista, conforme comprova vídeo em anexo, sendo que o local do acidente é uma reta, não havendo assim nenhuma fechada pelo motorista da Ré*** (fls. 45/46) (realce não original).

Apesar disso, tem-se que o motorista não manteve distância segura em relação à ciclista, vindo a disputar espaço com ela, no momento em

que a autora desviava do Ecosport estacionado na via. É o que se extrai da análise da mídia juntada (fls. 75).

Era previsível ao motorista do ônibus que a ciclista iria trafegar mais ao meio da pista, porque havia um veículo estacionado, impedindo que a autora mantivesse a mesma trajetória (fls. 68). Cabia, portanto, a ele aguardar o fim do desvio. Ao invés disso, o motorista continuou na mesma velocidade, disputando espaço com ela, logo em seguida ao desvio do automóvel (fls. 72), o que provocou o desequilíbrio, a queda e as lesões consequentes.

Nem sequer é o caso de se reconhecer a culpa concorrente, alegada na defesa (fls. 52), porque não se vislumbra qualquer ato de imprudência da ciclista.

Com efeito, a circulação de bicicletas nas vias urbanas se dá *com preferência sobre os veículos automotores* (artigo 58 do Código de Trânsito Brasileiro) e, no caso, o coletivo não privilegiou o livre tráfego da ciclista pela via, pois a colocou em um corredor estreito entre dois veículos maiores e motorizados – o ônibus e o carro. Conforme dispõe o artigo 29, §2º, do Código de Trânsito Brasileiro, *os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres*, determinação igualmente ignorada pelo ônibus – veículo motorizado e de maior porte – em relação à bicicleta.

Não bastasse isso, o artigo 29, inciso II, do mesmo diploma legal determina que o condutor *deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas*. Assim, caberia ao ônibus ter aguardado o término do desvio do carro pela ciclista, a fim de não se colocar tão perto dela, gerando riscos ao veículo menor, o que não foi feito.

A distância mínima que se exigia do ônibus ao passar pela bicicleta era de 1,5m (artigo 201 do Código de Trânsito Brasileiro) e essa regra não foi respeitada no caso, como se constata especialmente pela imagem de fls. 72, fato que acarretou a queda da ciclista.

Frise-se, ademais, que ao contrário do que concluiu o douto Juízo *a quo*, as imagens e vídeo não corroboram as declarações apresentadas pelo motorista em juízo (fls. 97) e no boletim de ocorrência (fls. 22). Isso porque não há nenhuma prova nos autos de que o veículo Ecosport tenha entrado em movimento. Nesse contexto, é impossível concluir que a ciclista tenha se assustado com o deslocamento do carro, considerando a inexistência de prova dessa manobra no vídeo ou nas imagens, restando isolada a versão do motorista.

Assim verificados os elementos configuradores da responsabilidade civil, a indenização dos danos sofridos é medida que se impõe, conforme precedentes desta Corte:

APELAÇÃO AÇÃO INDENIZATÓRIA ACIDENTE DE TRÂNSITO DEVER DE INDENIZAR Inequívoca a culpa da condutora do veículo, empregada da apelante, elemento fundamental à configuração da responsabilidade extracontratual por acidente de trânsito A inobservância dos cuidados indispensáveis caracteriza negligência e imprudência, justificando o dever de compensar os danos causados Infringência ao artigo 201 do Código de Trânsito Brasileiro, que impõe ao condutor de veículo a necessidade de guardar a distância lateral de um metro e cinquenta centímetros ao passar ou ultrapassar bicicleta DANO MORAL Caracterização Evidente a angústia e o sofrimento encarados pelos demandantes em decorrência do falecimento de seu filho Redução do valor da indenização para se adequar proporcional e razoavelmente ao caso em tela Parcial provimento. (TJSP, Apelação nº 0018982-43.2009.8.26.0068, 25ª Câmara de Direito Privado, Rel. Hugo Crepaldi, j. 29/05/2014) (grifo não original).

APELAÇÃO – ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – PREFERÊNCIA DA BICICLETA – CONDUTA CULPOSA – DISTÂNCIA MÍNIMA – RESPONSABILIDADE – PREPOSTO – DANOS MATERIAIS E MORAIS – PENSÃO VITALÍCIA. - Preferência da bicicleta em detrimento dos veículos automotores (art. 58, do Código de Trânsito Brasileiro) – incontestado o trânsito no bordo da pista não evitado pelo preposto da ré, que não teria causado o sinistro se mantivesse a distância regulamentar de 1,5m (artigo 201, do CTB) – responsabilidade do preposto que sequer viu a vítima; - [...]; RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP, Apelação nº 0106531-08.2008.8.26.0010, 30ª Câmara de Direito Privado, Rel. Maria Lúcia Pizzotti, j. 10/06/2015) (grifo não original).

Ação de indenização por danos morais, que englobam os físicos e estéticos. Acidente de trânsito. Ônibus que atropela ciclista no leito carroçável. R. sentença de procedência, com apelo só da ré vencida. Condutor do ônibus que não respeitou o direito do ciclista, com o necessário distanciamento da bicicleta, 1,50 m, conforme art. 201 do CTB. Recurso a que se nega provimento. (TJSP, Apelação nº 9127074-74.2006.8.26.0000, 27ª Câmara de Direito Privado, Rel. Campos Petroni, j. 16/08/2011) (grifo não original).

Com relação aos danos materiais, a autora juntou uma nota fiscal datada de 16/12/2014, com os remédios Minima, Dramin e Ginkomed (fls. 33). Contudo, não logrou demonstrar o nexo causal entre o gasto com os referidos medicamentos e o acidente.

A ré impugnou os documentos de forma específica (fls. 53/54) e não há nada nos autos que corrobore a causalidade alegada na inicial, de modo que a rejeição desse pedido é de rigor.

Melhor sorte assiste à autora quanto aos danos morais.

A situação vivenciada pela autora foi verdadeiramente aflitiva. O laudo do instituto de criminalística (fls. 31/32) apontou mancha na região escapular direita, em virtude de queimadura por abrasão, além de hematoma calcificado na região frontal esquerda do crânio – a qual pode ser constatada também pela fotografia de fls. 37 –, bem como cicatriz de escoriação profunda na perda direita. Assim, o perito concluiu *que a vítima sofreu lesões de natureza GRAVE, pela incapacidade para as atividades habituais por mais de 30 dias*. Somado às lesões corporais graves, tem-se ainda o susto e o impacto do acidente, com perda de memória da vítima (fls. 22).

De rigor, portanto, reconhecer a ocorrência de danos morais indenizáveis em virtude do acidente ocorrido.

Com relação o valor da indenização por danos morais, a razoabilidade na fixação do *quantum* consiste na análise do nível econômico do ofendido e do porte econômico do ofensor, sem que se deixe de observar as circunstâncias do fato lesivo.

A indenização deve ser estabelecida em importância que, dentro de um critério de prudência e razoabilidade, considere sua natureza punitiva e compensatória. A primeira, como uma sanção imposta ao ofensor, por meio da diminuição de seu patrimônio. A segunda, para que o ressarcimento traga uma satisfação que atenuie o dano havido.

Assim, não há que se falar em indenização inexpressiva, pífia, que gera a impunidade e o descaso nas relações civis, no que diz respeito ao causador do fato, nem em exorbitância que acarreta o enriquecimento sem causa, no que diz respeito ao ofendido.

Nesse sentido:

A indenização deve se mostrar equilibrada pelo equacionamento do evento danoso e da capacidade econômica de cada parte para não se mostrar insuficiente e, ao mesmo tempo, ser capaz de inibir atos tendentes a reincidências. Em verdade, o magistrado, ao estabelecer o “quantum” indenizatório, há de fazê-lo de tal modo que não seja ínfimo, a ponto de perder-se do desiderato de desestímulo da prática de ilícitos na órbita civil; como também, cuidar para que não seja demasiado exacerbado e configure odioso enriquecimento sem causa. (TJSP, Apelação cível nº 0475048-51.2010.8.26.0000, Rel. Adilson de Araújo, 31ª Câmara de Direito Privado, j. 15/02/2011).

Sopesando tais elementos e levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto – mais precisamente as lesões graves e a inabilitação temporária para o trabalho –, conclui-se que **o valor da indenização por dano moral deve ser fixado em R\$5.000,00**, importância razoável e suficiente para repreender a ré, ao mesmo tempo em que compensa a autora pelo sofrimento experimentado, sem, contudo, gerar para ela enriquecimento sem causa.

Destarte, ***julga-se parcialmente procedente a ação***, para condenar a ré ao pagamento de R\$5.000,00, corrigidos monetariamente a partir da publicação do venerando acórdão e com juros de mora a contar da data do acidente. Considerando a inexpressividade dos danos materiais pleiteados e rejeitados (R\$73,87), caberá à ré arcar com os ônus de sucumbência, fixando-se os honorários advocatícios em 12% do valor da condenação, percentual que remunera com dignidade o trabalho do advogado atuante na causa, em trâmite desde 18/07/2016.

Ante o exposto, ***dá-se parcial provimento*** ao recurso.

MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO
relator